

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1018273-39.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inadimplemento**
 Requerente: **Associação São Bento de Ensino - Uniara**
 Requerido: **Lucas Felipe Camargo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE ENSINO ajuizou a presente Ação de **COBRANÇA** em face de **LUCAS FELIPE CAMARGO**, todos devidamente qualificados, aduzindo que é credora do requerido pela importância de **R\$ 1.768,94**, referentes a mensalidades dos meses de julho, setembro, novembro e dezembro de 2013 do curso em que o réu se matriculou. Pediu a procedência do pleito com a condenação do réu na importância acima mencionada.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 05 e ss.

Devidamente citado (cf. fls. 40), o requerido deixou transcorrer o prazo sem apresentação de defesa (cf. fls. 42).

É o relatório.

DECIDO.

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 355, II, do Novo Código de Processo Civil.

1018273-39.2015.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A pretensão é procedente.

Ante a ocorrência do efeito material revelia presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344 do NCPC).

Com o silêncio o requerido confessou o débito referente às mensalidades escolares no montante de R\$ 1.768,94 (um mil setecentos e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos).

* * *

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** a súplica inicial para o fim de **CONDENAR** o requerido **LUCAS FELIPE CAMARGO** a pagar à autora, ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE ENSINO a quantia de **R\$ 1.768,94** (um mil setecentos e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos), com correção monetária a partir do ajuizamento acrescida de juros de mora à taxa legal a contar da citação.

Após o trânsito em julgado, deverá o vencedor iniciar o cumprimento de sentença, formulando requerimento nos termos do art. 523 e 524 do NCPC.

Sucumbente, arcará, ainda, o requerido com as custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em R\$ 880,00.

P. R. I.

São Carlos, 29 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min